

XV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA – SÃO PAULO, 2008
A condição fronteiriça: a experiência local de um objeto geográfico nacional

Adriana Dorfman
Professora de Geografia do Colégio de Aplicação da UFRGS
Doutoranda no PPGG-UFSC

A fronteira internacional é usualmente vista como periferia da formação estatal, e na geopolítica, por exemplo, as metáforas mais recorrentes são de epiderme do corpo do estado (Friedrich Ratzel, 1872) ou fim da civilização (Frederick Turner, 1893). Num ponto de vista distante do lugar, a condição fronteiriça é imaginada como plena de restrições e conflitos, com a fronteira representando apenas o cerceamento de possibilidades e a origem da violência estatal contra a comunidade.

Esses cortes, rupturas e fechamentos fazem parte do dia-a-dia da fronteira, mas as diferenças geradas pela justaposição de dois ou três territórios nacionais originam também uma série de adaptações e oportunidades típicas da ‘condição periférica de contato’ apontada por Gervásio Neves (A fronteira gaúcha, mimeo, 1976, p.159.)

Outra forma de descrever a vida fronteiriça supõe que os sujeitos aí territorializados desconsideram a fronteira ou esquecem-na, agindo como se a mesma não existisse.

O objetivo desse trabalho é explicitar uma terceira posição, através do conceito de 'condição fronteiriça'. Trata-se de enfatizar a agência dos habitantes da fronteira, observando a transformação das limitações em oportunidades na experiência desse objeto geográfico originado na territorialização dos estados-nação. Milton Santos enfatiza ser esta a “força própria do lugar”, que se expressa nas “ações mais ou menos pragmáticas e mais espontâneas, freqüentemente baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade” (A natureza do espaço, 2002 [1996],p.228).

A força própria ao lugar fronteiriço resulta dos processos de desenho da fronteira e da contigüidade de territórios estatais, criando picos de centralidade em aspectos ligados à soberania sobre o território, na forma de equipamentos voltados ao controle e interrupção das trocas inter-estatais e ao estabelecimento de práticas nacionalizantes. Esse processo leva à construção de escolas e quartéis, à criação de uma paisagem de marcos, muros, bandeiras e outros símbolos nacionais, à presença de servidores públicos civis e militares em número significativo vindos de diferentes pontos dos países.

Por outro lado, a fronteira chama a si certos tipos de práticas legais e ilegais, atraindo pessoas que desejam beneficiar-se das vantagens locais, na forma de um leque mais amplo de serviços (de saúde, energia e comunicações, por exemplo), custo de vida menor, maiores oportunidades de trabalho, ainda que, para isso, muitas vezes aspectos da legalidade estatal sejam “esquecidos” ou francamente burlados, criando extraterritorialidades de base local. Modifico aqui o pertencimento escalar do conceito de extraterritorialidade, formulado por Lia Osório Machado (Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2005) e originalmente usado para descrever estratégias aplicadas pelo estado-nação, a fim de empregá-lo a escala geográfica local.

As fronteiras são lugares da contradição, ao mesmo tempo periféricos aos estados-nação e plenos de alternativas políticas e econômicas oferecidas pelo trânsito fronteiriço. São também lugares da diversidade, em que o contato estrutural entre dois grupos nacionais – ou grupos nacionalizados, na medida em que a distinção entre eles pode originar-se na ação político-cultural do estado-nação que, em seus processos de territorialização, coloniza as margens, regula o idioma, homogeniza o simbólico, materializado em marcos, marcas e monumentos – é experimentado cotidianamente. Além disso, o chamado da fronteira atinge os ouvidos de muitos outros grupos interessados na indecidibilidade característica desse lugar.

Assim, a experiência de vida na fronteira fornece aos seus frequentadores os instrumentos necessários para articular as diferenças identitárias, instrumentalizando seus habitantes para tornarem-se portadores / passadores dos bens simbólicos ou materiais que expressam tais contradições e diferenças manifestas no lugar.

A condição fronteiriça é entendida aqui como um *savoir passer* [saber passar] adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, lingüísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos. Evidentemente, deve-se duvidar de uma condição fronteiriça universal, haja vista a variedade de relações que podem existir entre os fronteiriços e o território a sua frente e as suas costas: o que temos idealizado aqui diz respeito à fronteira viva e vivida.

Muitas das práticas dos habitantes dessas cidades lançam mão de cálculos que consideram a condição fronteiriça, desde o nascimento, passando pelo casamento e até a morte; na saúde e na educação; na produção e no consumo de bens materiais e imateriais (religião, língua, arte, folclore), em muitos tipos de ação política, as estratégias são pensadas e implementadas levando em consideração as possibilidades presentes em ambos os lados da fronteira. Deve-se ressaltar: 'praticando' a fronteira, agindo como fronteiriço, como o habitante de um lugar em que as possibilidades se multiplicam pelo agenciamento da diferenciação originada na construção dos territórios nacionais.

O conceito de condição fronteiriça é declinado nesse trabalho, em sua materialização não-essencializada, no caso do Chuí (Brasil)- Chuy (Uruguai); Jaguarão (BR)- Rio Branco (UY); Santana do Livramento (BR)- Rivera (UR); Uruguaiana (BR) - Paso de los Libres (Argentina); Posadas (AR) - Encarnación (Paraguai); Dionísio Cerqueira (BR) - Barracão (BR) - Bernardo Irigoyen (AR). Nos pares de cidades gêmeas da fronteira Brasil - Uruguai, partirei de bibliografia e de levantamentos em campo por mim realizados.

Nos outros casos, me apoiarei principalmente nas pesquisas de Alejandro Grimson (*La nación en sus límites*, 2003); Sergio da Costa Franco (*Gente e coisas da fronteira sul*, 2001); Ronaldo Colvero (*Negócios na madrugada*, 2004); Lidia Schiavone (*Frágiles pasos, pesadas cargas*, 1993) e Maristela Ferrari (*Conflitos e povoamento na fronteira internacional Brasil - Argentina*, 2003), num corpus que reúne a produção de geógrafos, historiadores e antropólogos sobre as relações construídas pelos habitantes de cidades de fronteira.

O exame dos diferentes casos busca evidenciar o caráter de saber local, tradicional e artesanal, intrínseco à frequência dos lugares e ao recurso a redes de relações e de confiança entre os diversos agentes, que se constrói em cada um desses lugares ou pares de lugares. Comportamentos ligados à diferenciação e a tensões entre grupos, que muitas vezes expressam-se sob roupagem nacionalista, também são observáveis na condição fronteiriça.

Como perspectiva dessa discussão, busca-se enfatizar a condição fronteiriça e sublinhar a necessidade de trabalhos específicos para cada lugar, uma vez que as particularidades dos processos geo-históricos desaconselham à essencialização da fronteira. Busca-se ainda comparar os diferentes estudos de caso, com suas metodologias específicas, a fim de avançar na discussão sobre os conceitos e métodos de pesquisa apropriados ao estudo da escala local das fronteiras internacionais.